

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### O princípio da Proporcionalidade no caso “Daniel Silveira”

#### Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Isaac Abner De Oliveira Damas  
Renato Horta Rezende  
Luciana Calado Pena  
Felipe Sorrentine Teixeira Dos Santos

#### Categoria do Trabalho

1

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

#### Introdução

De acordo com a Constituição Federal de 1988, no artigo 5 “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos, no entanto a liberdade de expressão deve ser um direito assegurado ao ser humano. Inclusive uma de suas falas foi que um dos ministros merecia “surra bem dada”, o Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o início do cumprimento da pena imposta ao ex-deputado federal Daniel Silveira. Em 20 de abril de 2022, Silveira foi condenado, pelos crimes de ameaça ao Estado Democrático de Direito e coação no curso do processo. Porém sua defesa alega “A pena de 8 anos e 9 meses de reclusão em regime fechado, no entanto, aplicada a um crime cometido verbalmente, saindo dos padrões de PRORCIONALIDADE, observando o quanto semelhante às penas de delitos cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa

#### Objetivo

O objetivo deste trabalho é apresentar sobre o princípio da proporcionalidade e mencionar o caso do Deputado Daniel Silveira como um uso de forma equivocada do princípio.

#### Material e Métodos

Para a realização desse resumo foi usado os métodos qualitativos, e dedutivo. E foram feitas diversas consultas e pesquisas jurídicas sobre o tema e observadas também na mídia, além disso foi consultado o código penal como base para entendimento do princípio aonde foi constado e previsto na lei 9.784/99 na constituição federal, desta forma permitindo assim uma maior compreensão e entendimento para trazer uma melhor perspectiva do assunto abordado

#### Resultados e Discussão

Assim como mencionamos o caso do Deputado Daniel Silveira, trata-se de uma realidade que pode acontecer em vários casos, sendo, gerando problemas e um levantamento de questões como, não ser justo que o réu cumpra

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



pena superior ao crime praticado e nem que intervenções externas venham influenciar na pena aplicada. Acreditamos que devem sim ser submetidos a arcarem com as consequências dos seus atos mais que elas correspondem com o feito.

Para que sejam aplicadas penas justas e não superior ao grau de responsabilidade, é necessário que seja analisados os casos de forma clara entendendo as reais circunstâncias dos casos em análise, e negligenciando qualquer interferência externa que possa interferir na aplicação da pena.

### Conclusão

Este estudo buscou trazer à tona esse problema que ocasionalmente podem vir a acontecer nos tribunais, acarretando consequências além do proporcional, conclui-se que deve ser um tema abordado com mais seriedade e um olhar mais crítico para que sejam aplicadas aos acusados penas que correspondem aos seus delitos cometidos.

### Referências

Caso Daniel Silveira 04 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/>  
Lei 9.784/99 prevista na Constituição Federal